

Violência Obstétrica como questão de saúde pública: Uma revisão de literatura

Lissa Rosário Medeiros de Araújo^{1*}, Ana Clara Lauro Soares¹, Mariana Augusta Araújo de Amorim Medeiros¹, Mariana Lima Vale¹, Marina Uchôa de Alencar¹, Peter Richard Hall².

¹Discente do curso de Medicina do Centro Universitário INTA - UNINTA; ²Docente do curso de Medicina do Centro Universitário INTA - UNINTA.

*E-mail: lissarosario@hotmail.com

Introdução: A assistência ao parto e ao nascimento no Brasil, ao longo de décadas, foi marcada por mudanças significativas ocasionadas pelo processo de institucionalização, que provocou intensa medicalização do corpo feminino. Entende-se como violência obstétrica desde demoras na assistência, recusa de internações nos serviços de saúde, cuidado negligente, recusa na administração de analgésicos, maus tratos físicos, verbais e ou psicológicos, descumprimento da privacidade e da liberdade de escolhas, realização de procedimentos coercivos ou não consentidos, detenção de mulheres e seus bebês nas instituições de saúde, propiciando sua desfragmentação, despersonalização e patologização, além de gerar a utilização abusiva de intervenções desnecessárias para a mulher e para a criança. **Objetivos:** Este estudo tem como objetivo focar em como ocorre a violência obstétrica nos subgrupos avaliados, como isso afeta na gestação e no puerpério, possíveis danos físicos e psicológicos, fatores de risco e propostas para prevenção. **Metodologia:** A presente revisão teve como objetivo avaliar a qualidade da literatura sobre a Violência Obstétrica nos subgrupos avaliados, como isso afeta no período da gestação e do puerpério, possíveis danos físicos e psicológicos, quais os fatores de risco e propostas para prevenção, de acordo com as diretrizes do PRISMA. Uma pesquisa sistemática abrangente foi realizada em MEDLINE (PubMed), SciELO e Google Scholar para encontrar artigos publicados nos últimos cinco anos. Algoritmos de pesquisa incluídos: Violência, Gravidez, Parto e Violência Contra Mulher. A pesquisa foi restrita a estudos escritos em Inglês e Português e estudos analíticos experimentais, observacionais e relatos de caso nos últimos cinco anos. Quaisquer artigos relevantes que relataram Violência Obstétrica em gestantes, mulheres no período do puerpério ou mulheres que já passaram por gestação foram incluídos na análise. Todos os artigos com qualquer desenho foram incluídos. Os artigos em que as informações apropriadas não foram relatadas, foram excluídos. Os dados foram coletados em estudos analíticos, experimentais, observacionais e relatos de caso, incluindo gestantes, mulheres no puerpério ou mulheres que já passaram por gestação, com o objetivo de focar em como ocorre a violência obstétrica nos subgrupos avaliados, como isso afeta no período da gestação e do puerpério, possíveis danos físicos e psicológicos, fatores de risco e propostas para prevenção. **Resultados e Discussão:** Os estudos analisados compreendiam em estudos exploratórios, de natureza qualitativa, estudos interpretativos, com abordagem qualitativa, metanálise e revisão integrativa e de literatura. Com 116 participantes e 24 documentos integrativos de bancos de dados, sendo considerados gestantes, puérperas, enfermeiras e obstetras como participantes. A violência obstétrica não tem um conceito único. A não aplicação de recomendações baseadas em evidências científicas e o descumprimento de direitos das parturientes, assim como o tratamento hostil, contribuem com entraves para à humanização da assistência de parto e intervenção na escolha da via de parto. Determinantes sociais corroboram com esses desfechos, sendo mulheres de baixa renda as mais propícias a passarem por cesáreas e são menos autônomas. Contudo, as mulheres com maior renda, mesmo com maior acesso à saúde, ainda não possuem informações adequadas a respeito da via de parto. Dessa forma, a violência direcionada à mulher não se configura apenas na agressão fisicamente, mas institucional, moral, sexual, psicológica e verbal, resultando em repercussões para a vida reprodutiva/ sexual da mulher. Logo, a violência associada à gravidez tem relação com o pré-natal inadequado, repercutindo na dispersão total dos cuidados durante a gestação ou no adiamento da primeira consulta do pré-natal. A experiência de algum evento de violência reflete em maior risco de desenvolver depressão pós-parto. Desse modo, a violência obstétrica representa um desafio físico e psicológico para as mulheres que passaram por essa experiência, resultando em sequelas na sua vida reprodutiva e sexual. **Conclusão:** A violência obstétrica representa um grave problema de saúde pública, em que há violação dos direitos humanos, expressa por atos negligentes, imprudentes, omissos, discriminatórios e desrespeitosos contra a mulher no momento pré-parto, intraparto e pós-parto, causando impactos físicos, psicológicos e emocionais à mulher assistida. Ressalta-se, portanto, a necessidade de ampliar o conhecimento e a divulgação sobre o problema e apoiar a disseminação



PESQUISA



das boas práticas na assistência ao parto e nascimento, com o fito de garantir o auxílio obstétrico livre de violência e melhorar a experiência das mulheres no parto.

Palavras-chave: Gestantes. Parto. Período pós-parto. Gravidez.



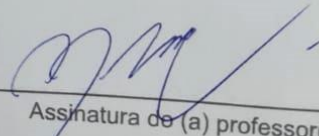
CENTRO UNIVERSITÁRIO INTA – UNINTA
COORDENAÇÃO DO CURSO DE MEDICINA
NÚCLEO DE CIÊNCIAS MÉDICAS DR. THOMÁZ CORRÊA ARAGÃO (NUCIM)



CARTA DE ANUÊNCIA DE ORIENTAÇÃO

Eu, Peter Richard Hall
professor(a) orientador(a) do
acadêmico Joissa Rosários Medeiros de Araújo,
autorizo a apresentação do trabalho intitulado
Violência Obstétrica como questão de saúde pública: Uma revisão de literatura
no VIII Outubro Acadêmico do Curso de Medicina do
Centro Universitário INTA – UNINTA.

Sobral, 22 de Setembro de 2021.


Assinatura de (a) professor(a)